

Movimento social e Geografia: contribuição ao debate¹

Cloves Alexandre de Castro

Doutor em Geografia pela Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP
Mestre, Bacharel, e Licenciado em Geografia pela UNESP de Presidente Prudente
Professor de Geografia da Prefeitura de São Paulo, na EMEF “Almirante Ary Parreiras”
e-mail: clovesacastro@yahoo.com.br

Resumo

Este artigo pretende ser mais uma contribuição para o debate acerca da temática dos movimentos sociais na Geografia na perspectiva de propor olhares sobre a construção e a ação dos movimentos sociais no Brasil, como também perceber como tais práticas sociais contribuíram para a produção da Geografia brasileira nos últimos trinta anos no que se refere aos seus objetos e práticas teórico-metodológicas.

Palavras-chave: Geografia, espaço, movimento social, movimento socioespacial, movimento socioterritorial.

Abstract

Geography and social movements: a contribution to the discussion

This article intends to be a further contribution to the discussion on the theme of social movements in Geography, from the perspective of proposing views on the construction and action of social movements in Brazil, but also understand how such social practices contributed to the production of the Brazilian Geography in the last thirty years regarding to its objects and theoretical and methodological practices.

Keywords: Geography, space, social movement, socioespacial movement, socioterritorial movement.

Résumé

Mouvement social et Géographie: contribution au débat

Cet article se veut une contribution supplémentaire au débat sur le thème des mouvements sociaux de la géographie du point de vue de proposer des regards sur la construction et l'action des mouvements sociaux au Brésil, mais aussi comprendre comment ces pratiques sociales ont contribué à la production de la géographie brésilienne les trente dernières années en matière de ses objets et de ses pratiques théoriques et méthodologiques.

Mots-clés: Géographie, espace, mouvement social, mouvement socio-spatiale, mouvement socio-territoriale.

¹ Este artigo é parte revisada do primeiro capítulo da nossa tese “Movimento Socioespacial de Cursinhos Alternativos e Populares: A Luta pelo Acesso à Universidade no Contexto do Direito à Cidade”, defendida em Dezembro de 2011, financiada pela CAPES.

Introdução

Este artigo é parte de reflexão contida em nossa tese de doutorado em Geografia defendida na UNICAMP em 2011. Nele apresentamos um recorte dos estudos sobre movimentos sociais no Brasil produzido por geógrafos a partir da década de 1980. Por meio dos trabalhos de SANTOS (2006) e PEDON (2009), discutimos algumas produções que compõem respectivamente as “Geografias da organização dos movimentos sociais”; as “Geografias das lutas sociais” e as “Geo-grafias dos movimentos sociais”.

Ao longo de nossa reflexão procuramos ter o cuidado de contextualizar a ascensão do interesse pelos estudos dos movimentos sociais pela Geografia brasileira com as conjunturas vivenciadas pela nossa disciplina, no que se refere ao profícuo debate teórico-metodológico que desencadeou a ruptura epistemológica que no Brasil deu origem ao Movimento de Renovação da Geografia, e, à conjuntura política brasileira que produziu experiências socioespaciais que culminaram nos chamados novos movimentos sociais e no processo de redemocratização do país.

Tais contextos, no nosso modo de ver, contribuíram significativamente para avançarmos nas abordagens sobre movimentos sociais enquanto ciências sociais e, ao mesmo tempo, avançar nos debates epistemológicos na Geografia por meio da compreensão dos movimentos sociais como categoria geográfica e o esforço de proposição de categorias geográficas para a leitura dos movimentos sociais.

O despertar da geografia para os movimentos sociais

A concepção de movimento social que orienta este artigo é a de ação coletiva organizada cujo objetivo é a contraposição e superação das contradições produzidas por questões estruturais das sociedades de classes, cujo motor é a apropriação do trabalho pelos agentes do capital, por meio da sujeição política e cultural daqueles que vivem da venda do próprio trabalho (SANTOS, 2008). Essa relação produz distintas realidades espaciais, seja consubstanciada às ações dos movimentos sociais, seja relacionada aos espaços habitados na cidade e suas estruturas desiguais, ou mesmo às diferenciações expressas nas paisagens, que desnudam sobreposições de técnicas. Para Marx, trata-se da acumulação de gerações de trabalhos mortos resultantes de diferentes estágios da produção social de uma sociedade (SANTOS, 1999).

Geógrafos estudando movimentos sociais no Brasil não são um fato novo. Oliveira (1991, p. 9) arrola os trabalhos de Orlando Valverde e Manuel Corrêa de Andrade sobre a questão agrária e os movimentos camponeses das décadas de 1950 e 1960. Nelson Rodrigo Pedon (2009) lembra-nos dos estudos de Manoel Correia de Andrade e Josué de Castro. Ambos, em seus trabalhos, debatem a realidade brasileira, particularmente a nordestina, fruto da gritante desigualdade originada da estrutura agrária secular baseada nos grandes latifúndios. Estes autores nos apresentam uma região explosiva onde alguns sujeitos sociais lutam e se articulam para superar a miséria por meio da organização camponesa contra os interesses dos latifundiários e usineiros associados ao capital internacional que operam por meio do discurso regionalista a construção e o discurso da região (CASTRO, 1992).

Publicadas respectivamente nos anos de 1963 e 1964, as obras de Manoel Correia de Andrade (*A terra e o homem no nordeste*) e Josué de Castro (*Sete palmos de terra e um caixão: ensaio sobre o Nordeste, uma área explosiva*) abordam de formas diferenciadas as causas e a realidade (ainda contemporânea) do campo brasileiro. Seus trabalhos acerca dos movimentos sociais são considerados pioneiros na geografia brasileira, seja por tratarem de uma realidade social retratada pelo ângulo dos explorados (PEDON, 2009), seja, principalmente, por relatarem as lutas organizadas desses explorados (sem terras, posseiros e migrantes) contra as forças determinantes da sua condição de explorados.

A conjuntura política no Brasil dos anos 1970 foi pautada pela crise do milagre econômico; extrema exploração do trabalho; rearticulação dos movimentos operário e

popular e lenta abertura política conduzida pela ditadura militar. Esse processo construiu as condições ideais para a emergência de novos sujeitos sociais e suas representações. Os movimentos advindos dessas condições exerceram significativas influências sobre o conjunto das disciplinas que formam as ciências sociais, em seus objetos e nos seus sujeitos. A geografia não ficou imune.

Os primeiros estudos geográficos sobre a temática em questão, produzidos na esteira da conjuntura do final da década de 1970, foram influenciados pela produção de cientistas sociais e filósofos europeus que introduziram nas suas reflexões e preocupações acerca dos significados do espaço no processo de produção da sociedade. Se, de um lado, a análise espacial nunca foi monopólio da geografia, tampouco as reflexões sobre os movimentos sociais deve ser atributo apenas da sociologia. Tal compreensão contribuiu para aproximar no interior das ciências sociais disciplinas como geografia, história, sociologia e economia.

Embalada pelo movimento de renovação da geografia brasileira, que deu origem no Brasil à chamada geografia crítica, aquela geração de geógrafos “bebeu” um intenso e profícuo debate produzido na década de 1970 em torno do espaço como categoria analítica. Filósofos, sociólogos e geógrafos tiveram como ponto de partida os movimentos que fizeram do ano de 1968 o marco histórico da percepção de que apenas a análise temporal não é suficiente para uma leitura fiel da realidade. Em menos de uma década se produziu e se disponibilizou fértil cabedal teórico acerca da análise da realidade por meio de abordagens espaciais e das ações sociais², deixando claro que as relações sociais de produção só existem socialmente na medida em que existem espacialmente (SOJA, 2007).

Tão importante quanto dar centralidade à categoria espaço em proporção semelhante à categoria tempo, introduziu-se com mais rigor nos trabalhos geográficos o homem – não o homem genérico, mas o homem inserido nas classes sociais³ - enquanto sujeito que produz e transforma o espaço geográfico por meio de inter-relações sociais. Desencadeador das ações que afirmam e negam as situações nas formas como elas têm sido, o homem organiza-se e mobiliza-se no e pelo espaço de vida, no e pelo trabalho, além de na e pela luta ao direito à vida com dignidade. Produtor de técnicas e artes por meio da experiência e da ação e, portanto, de espaços. A geografia descobre o homem enquanto Ser, como também as suas configurações (produções) espaciais, e redescobre concomitantemente os seus objetos de pesquisa, reafirmando-se assim no campo das ciências humanas.

Esse movimento começou a se consolidar no Brasil em 1978, quando ocorreu em Fortaleza (CE) o III Encontro Nacional de Geógrafos. Tal acontecimento marcou o surgimento de significativos movimentos de crítica à geografia brasileira, que até aquele momento estava em parte submetida aos pressupostos positivistas da geografia quantitativa e, de outra parte, à tradicional e descritiva. Numa ponta e outra, ambas estavam engajadas em projetos de Estado. Ambas atribuíam ao espaço um fundamento cartesiano, como lócus dos fenômenos constituídos pela sociedade. Suas produções técnicas eram descritas, localizadas ou mensuradas, sem considerar os processos sociais que dão sentidos e formas ao espaço geográfico. Naquelas geografias o espaço era concebido apenas como palco das relações sociais; na outra que estava nascendo, o espaço é produto e condição daquelas mesmas relações sociais (MOREIRA, 1982).

Entre os geógrafos que inauguraram esse movimento de críticas à geografia acomodada a quantificar e regionalizar no “palco do espaço” os eventos separados em

² No final da década de 1960 passou a ser desenvolvida, a princípio na sociologia e na filosofia, uma contestação acerca da hegemonia do tempo sobre o espaço nas análises da sociedade. Naquelas análises o espaço deixara de ser apenas palco das relações sociais historicamente determinadas para ser visto como determinante dessas relações produtoras e produzidas de/por espaços por meio do trabalho humano. Henri-Lefebvre, Michel Foucault, Manoel Castells e Jean Lojkin despontaram como os precursores do debate espacial que exerceu significativa influência no debate da geografia brasileira.

³ A concepção de classe que permeia este trabalho se aproxima da elaboração do historiador E.P.Thompson, para quem “A classe acontece quando alguns homens, como resultado de experiências comuns [...], sentem e articulam a identidade de seus interesses entre si, e contra outros homens cujos interesses diferem [...] dos seus” (1987, p.10).

“físicos” e “humanos”, e que influenciaram a geografia brasileira, elencamos prioritariamente: Milton Santos, Yves Lacoste e Massimo Quaini.

Em *Por uma Geografia Nova*, Milton Santos (1978, primeira edição) percorreu um denso caminho teórico apontando o espaço como objeto da geografia e fruto da história da sociedade, reafirmando, dessa forma, a inseparabilidade do espaço e do tempo.

Tudo que existe articula o presente e o passado, pelo fato de sua própria existência. Por essa mesma razão, articula igualmente o presente e o futuro. Desse modo, um enfoque espacial isolado ou um enfoque temporal isolado são ambos insuficientes. Para compreender uma qualquer situação necessitamos de um enfoque espaço-temporal [...]. O fato de que os eventos sejam ao mesmo tempo espaciais e temporais não significa que se pode interpretá-los fora de suas próprias determinações ou sem levar em conta a totalidade da qual elas emanam e que eles reproduzem. O espaço social não pode ser explicado sem o tempo social (Santos, 2002, p. 252).

Esta ideia já vinha sendo por ele amadurecida em artigo publicado no ano anterior ao Encontro de Fortaleza, no qual esboçou o espaço geográfico como produto e ao mesmo tempo condição de relações sociais, propondo naquele momento o conceito de formação socioespacial (SANTOS, 1977).

Yves Lacoste, em “*A Geografia serve, antes de mais nada, para fazer a guerra*”, publicado em 1976, elaborou sua crítica à geografia dos professores e à geografia do Estado Maior. Segundo ele, ambas contribuem para reproduzir uma visão desinteressada do mundo, partindo do que a geografia se propõe a ser, quando exercida por estes agentes, ou seja, uma disciplina escolar fornecedora de subsídios para a descrição do mundo; despreocupada em aprofundar as raízes demarcadas nas “paisagens”; e, produtora de sentidos comuns e pesquisas interessadas a governos, com o objetivo de propor obras públicas e benefícios sociais que contribuem para a manutenção do *status quo*.

Lacoste inova no debate sobre a geografia ao demonstrar que ela serve como instrumento de desvelação da realidade da luta de classe e de instrumento, não apenas para a classe hegemônica, mas também, e fundamentalmente, para as vítimas da violenta exploração de classe. Por isso, ela “serve, em primeiro lugar para fazer a guerra”, bem como, de acordo com Moreira (2007, p. 61), “para desvendar máscaras sociais”.

O geógrafo italiano Massimo Quaini (1979) publicou, na mesma época em que ocorria o processo de renovação da geografia brasileira, o livro *Geografia e Marxismo*. Essa obra contribuiu para elucidar na geografia um debate mais profundo sobre o método materialista-dialético e sua importância para uma disciplina que passou a compreender que seu objeto é a produção do espaço, resultado de coletivas e diferenciadas experiências espaciais.

Nesse livro, o autor explicita a insatisfação dos geógrafos (principalmente os da nova geração) com as gerações anteriores que, até então, haviam constituído o estatuto das abordagens e utilidades da geografia, relegando-a, em última instância, a “*um almanaque enciclopédico*”, onde a aparência elimina a essência e inviabiliza reflexões mais críticas e radicais no sentido ontológico do termo.

Buscando construir as bases de uma abordagem geográfica pautada nos pressupostos do materialismo histórico dialético, Quaini reaproxima a geografia da filosofia. Neste percurso, o autor apresenta uma espécie de “resenha” do debate científico filosófico que permitiu a Marx elaborar sua crítica ao modo de produção capitalista e trazê-la para o centro do debate metodológico de modo a propiciar a compreensão das sociedades, das essências e dos fenômenos que as transformam e produzem a natureza contemporânea à época analisada, que para nós é expressão da experiência humana.

Portanto, não se tratava de reduzir o pensamento de Marx à filosofia, como se fosse a expressão de uma abstração, da qual a experiência humana estivesse ausente, mas sim de ter a compreensão de que a prática filosófica é uma das precedentes fundamentais da crítica e do método, pois ela se refere à prática de interrogar o problema.

O trabalho de Quaini exerceu forte influência sobre o movimento de renovação da

geografia brasileira, sobretudo para a chamada geografia crítica, cujos trabalhos de pesquisa são referentes às contradições sociais, por meio da análise da prática dos sujeitos coletivos e suas (re)produções espaciais desiguais sustentadas por estruturas historicamente determinadas.

Quaini demonstrou que o processo de acumulação primitiva do capital explica movimentos e mobilizações espaciais de caráter local, regional e global, cujas consequências se expressaram em territorializações e desterritorializações em todo o mundo, nas diversas escalas espaciais, e que, no seu conjunto, explica a formação da sociedade de classes e capitalista⁴.

Esse processo se faz presente não apenas nos primórdios da acumulação capitalista, mas também no sentido da sua reprodução, considerando-se a acumulação contemporânea, que é global e, ao mesmo tempo, regional e local. Global no sentido dos mercados, quase indecifráveis no sentido conceitual do termo, embora lhes caiba a definição de “relações sociais” pautadas em valores de papéis, mas sustentadas pelo suor e privações dos trabalhadores que lutam para ter o “direito” de sustentar os setores da economia capitalista fragmentados na agricultura familiar; nos agronegócios; nas indústrias; e no setor de serviços. Ou seja, lutam pelo direito de ser explorados (FORRESTER, 1995). A acumulação primitiva do capital é regional e local no sentido de haver no capitalismo uma acomodação que sempre privilegia os interesses do capital, exigindo, as mobilidades daqueles que não usufruem ou não fazem parte da agenda dos interesses prioritários do capital ou que, para operá-los, precisam se mobilizar no espaço em busca de trabalho. Como bem demonstrou Viviane Forrester em seu *Horror Econômico*, depois de produzir durante séculos mercadorias descartáveis, o trabalhador tornou-se a última mercadoria descartável.

A oposição às consequências sociais excludentes desses processos contraditórios está na emergência dos movimentos sociais. Em nosso ponto de vista, sejam eles surgidos ou não nos espaços das produções ou das reproduções, tais espaços e experiências, possibilitados e vivenciados por cada um deles, estão historicamente determinados pelo lugar que cada ser social ocupa na história, na produção e na sociedade de classes (THOMPSON, 1987b).

A conjuntura política brasileira a partir do final da década de 1970 ofereceu profícuo laboratório empírico aos pesquisadores do campo das ciências humanas. Tal laboratório materializa-se nas experiências e reorganização dos movimentos operários e na ascensão de novos movimentos sociais populares em diversas regiões metropolitanas do país, em especial as de São Paulo e Rio de Janeiro.

Ao contrário da experiência europeia, na qual os novos movimentos sociais estavam associados às pautas relacionadas a uma classe média consciente do papel do capitalismo como fenômeno gerador de problemas sociais, os novos movimentos sociais no Brasil eram constituídos pelas camadas populares por meio de uma rede de relações que teve a estrutura da Igreja católica como a principal articuladora entre os movimentos sociais de luta por conquistas nos espaços da reprodução e da produção (GOHN, 2002). Se as principais características dos novos movimentos sociais europeus eram as lutas nos âmbitos ecológicos e das liberdades individuais e de gêneros, pois os 30 anos de welfare state permitiram ao trabalhador do centro do capitalismo invejáveis condições de vida e remuneração do trabalho, no Brasil, o que se convencionou chamar de novos movimentos sociais foram as ações coletivas que emergiram a partir de uma nova matriz discursiva oriunda da reflexão sobre as experiências das derrotas das classes trabalhadoras no processo que resultou no Golpe Militar de 1964 e o seu prolongamento por 21 anos, e as experiências possíveis de resistências às péssimas condições de vida e de trabalhos

⁴ Para isso, o processo histórico foi o de desterritorialização dos camponeses que viram as terras onde mantinham laços identitários serem cercadas e eles postos fora da cerca, dirigindo-se às cidades (território do capital) para se ocuparem nas manufaturas; de desterritorialização dos ameríndios que viram seus territórios serem territorializados por colonos sem posses em suas metrópoles; de desterritorialização e mobilidades forçadas de diversas nações africanas, despidas da condição de homens e vestidas de fetiche da mercadoria por aqueles que comandavam as tecnologias e portavam a suposta verdade da civilização.

respectivamente nos espaços da reprodução e da produção, que culminaram com a entrada em cena de novos personagens no cenário político brasileiro durante a década de 1970 (SADER, 1988).

São movimentos que tiveram como pautas questões sociais diversas e que em muitos momentos, se unificaram nos instantes de reivindicações, protestos e greves gerais⁵. Foram ações coletivas de contestação à ordem, de defesa do direito a equipamentos urbanos, lutas por moradia e por salários e estiveram presentes na paisagem cotidiana das regiões metropolitanas do país, durante os anos da década de 1980 (MOISÉS & MARTINEZ, 1978).

A setorialização a que nos referimos acima implica as demandas ou as agendas que impulsionaram tais mobilizações e que se constituíram nos chamados novos movimentos sociais. Trata-se das lutas operárias a partir dos espaços das fábricas que, ao transbordarem para as ruas, dimensionaram espacialidades, não apenas nos lugares de protestos pela defesa da agenda específica que lhes deu origem enquanto sujeitos coletivos, mas também nos lugares do cotidiano, espaços da reprodução daqueles operários que lutavam por melhores condições de trabalho e remuneração. Sobre essa questão, a geógrafa Regina Célia Bega Santos lembra-nos que:

As lutas ocorridas no mundo do trabalho não estavam isoladas das que aconteciam no âmbito dos bairros. É importante ressaltar que a dualidade entre esses dois mundos é apenas analítica, pois muitas greves deflagradas entre 1978-1980 encontraram apoio nas experiências de luta das organizações de moradores; além disso, o movimento operário influenciou, também, as lutas travadas pelas associações de bairro. O movimento é de fusão. Um confronto que ocorre no mundo do trabalho se alimenta de articulações forjadas nas lutas cotidianas centradas nos bairros, onde vivem os pobres que lutam por melhorias urbanas (SANTOS, 2008a, p. 94).

Nas comunidades daqueles mesmos operários em luta, nos seus espaços da reprodução, foram desencadeadas ao mesmo momento lutas por habitação, saúde, creche, educação, além de comitês de apoio e solidariedade aos operários em greve, por meio de uma significativa rede de apoio constituída através de anos de trabalho pastoral de religiosos ligados à teologia da libertação e movimentos contra o aumento do custo de vida.

Estamos considerando espacialidades como resultados, características, agendas, visibilidades produzidas e externalizadas, parafraseando Soja (1989, p. 155), “como o meio e o resultado, a pressuposição e a encarnação da ação e do relacionamento sociais, da própria sociedade”, o que, em outras palavras, significa o processo produzido, no caso que há pouco mencionamos, pelos movimentos sociais determinados por demandas, realidades e contradições sociais. Ao se mobilizarem pelos espaços, em seus processos de lutas, distribuem pelos caminhos percorridos suas agendas, e as pautas das lutas que lhes dão sentidos, apoios sociais ou rejeições.

Neste sentido, a espacialidade do movimento operário nutriu-se das espacialidades dos movimentos sociais que emergiram nos bairros periféricos da cidade, bem como esses movimentos sociais nutriram-se das espacialidades produzidas a partir do movimento operário organizado nos espaços da produção.

[...] a diversidade se reproduzia enquanto tal apesar da presença de referências comuns cruzando os vários movimentos. Quando acompanhamos a história dos vários tipos de organização popular na Grande São Paulo nesse período, nos defrontamos quase sempre com a presença da Igreja Católica, sua rede de agentes pastorais e suas estruturas de funcionamento; com as matrizes discursivas da contestação, mescladas nas práticas concretas onde se encontraram; muitas vezes até com as mesmas pessoas circulando de um movimento para outro. A

⁵ Em 21 de julho de 1983, foi convocada a primeira greve geral no Brasil depois do golpe de 1964 (GIANNOTTI, VITO, 2007, p. 247).

pluralidade de movimentos não está indicando nenhuma compartimentação de supostas classes sociais ou camadas sociais diversas. Está indicando diversas formas de expressão. (SADER, 1988, p. 198)

Esta articulada integração entre o movimento operário e os novos movimentos sociais, produzida a partir dos espaços da reprodução, mas em hipótese alguma desarticulada das questões relacionadas ao mundo do trabalho, só foi possível por causa da extensa e combativa rede de agentes pastorais da Igreja Católica que se constituía e se aperfeiçoava no país, desde o início da década de 1960.

Esses sujeitos produziram condições de protagonismo social para as camadas mais exploradas da população, em intensidade proporcional ao endurecimento do regime autoritário e ao completo dismantelamento das representações operárias no país durante o regime militar, por meio da perseguição às lideranças mais combativas e da reprodução do peleguismo sindical⁶.

De fato, a Igreja Católica esteve entre as poucas instituições que tiveram sua autonomia de ação junto às classes populares preservadas pelos militares. Apesar de alguns sacerdotes terem sido violentamente torturados e assassinados, sujeitos sociais dessa instituição dedicaram-se intensamente às ações que visavam à tomada de consciência da população pobre e trabalhadora das periferias das cidades do país.

Apesar daquele cenário de ditadura política, arrocho salarial e medo, ocorreu durante os anos da década de 1970, nos grandes centros urbanos e no espaço agrário brasileiro (particularmente no Rio Grande do Sul e Paraná), uma silenciosa reorganização dos movimentos sociais, que teve nas Comunidades Eclesiais de Bases (CEB's) e pastorais da Igreja Católica seus polos articuladores.

De acordo com Bernardo Mançano Fernandes (2000), as CEB's e suas ações setorializadas, bem como as pastorais, produziram espaços de socialização política possibilitadores da organização de novas trincheiras de lutas sociais articuladas em diversas partes dos espaços sociais, além da organização entre estes e os movimentos organizados ou em organização, por meio da experiência de dar voz àqueles que, em pouco tempo, emergiriam como sujeitos sociais da recente história do Brasil.

Significando os sujeitos e atores

Antes de apresentarmos os trabalhos que influenciaram o debate sobre os movimentos sociais na geografia brasileira, achamos pertinente estabelecermos os liames que em nosso ponto de vista separam os conceitos de sujeitos e atores sociais.

Achamos esta postura necessária por utilizarmos em diversos momentos deste trabalho as noções de sujeitos e atores sociais. Apesar de diferentes, as noções de sujeito e ator são muitas vezes apresentadas com significações semelhantes. Longe de querer mergulhar neste debate, apontamos algumas questões que, segundo nosso modo de ver, diferenciam esses dois conceitos muitas vezes utilizados como sinônimos. Ao fazer essas considerações, estamos de acordo com Alan Touraine (1999, p. 221), quando afirma que as ideias de indivíduo, Sujeito e ator não são inseparáveis. “São termos que devem ser definidos pela relação de uns com os outros” (TOURAINÉ, 1999, p. 220), sobre o meio (relações) e a estrutura da qual fazem parte.

Portanto, o que os aproxima é o fato de se tratar de um estado dos indivíduos durante a ação, ou seja, sua posição nas ações que constituem a realidade ou um estado desses indivíduos em relação a essas ações.

Milton Santos (1999, p. 51), ao desvendar a natureza do espaço geográfico, o considera como “um sistema de objetos cada vez mais artificiais, povoado por sistemas de

⁶ A figura do pelego foi produzida por meio da ação do governo populista de Vargas, que tornou legais os sindicatos de trabalhadores, mas suas representações eram ligadas ao Ministério do Trabalho, que, por sua vez, procurava ter o controle das agendas dos operários.

ações igualmente imbuídos de artificialidade, e cada vez mais tendentes a fins estranhos ao lugar e seus habitantes”.

Compartilhamos da necessidade de pensar os sistemas de objetos indissociáveis dos sistemas de ações; em outras palavras, compartilhamos a necessidade de analisar as ordens e seus produtos dialeticamente envolvidos e os resultados de processos contraditórios a partir da experiência dos indivíduos sujeitos/atores e agentes sociais nos e pelos objetos que são estruturas do espaço geográfico. Não são apenas condições para as ações, mas produtos delas, e que buscam novas funções e interesses, e/ou a manutenção dos mesmos interesses por meio de novas funções nos sistemas de objetos (SANTOS, 1999, p. 78).

A questão que se apresenta neste momento para a atribuição da adjetivação de sujeito ou ator é: de onde vem a formulação da ordem que desencadeia a ação?

A resposta a esta questão envolve um outro termo que, no nosso modo de ver, deve ser atribuído aos instrumentos de ações operados por aqueles que Marx denominou de personas do capital, ou seja, os agentes. Agentes são os grandes conglomerados econômicos que determinam o sentido do crescimento das cidades, o consumo das produções sociais, e o Estado, que regula de forma desigual e pela força as contradições da sociedade. Assim, a ordem de que resulta a ação produtora do espaço capitalista é oriunda do agente, mas as negações de tais ordens produzem outros espaços e têm os sujeitos como motor.

Comumente, o debate em torno dos conceitos de sujeito e ator social têm se dado em torno da noção de autonomia. Estamos compreendendo, aqui, por autonomia, a ausência de alienação na formulação do discurso daqueles que desencadeiam as ações que criam e caracterizam movimentos sociais e suas práticas, ou seja, a autodeterminação. Em outras palavras, autonomia seria o domínio do consciente sobre o inconsciente, ou da consciência de classe sobre a alienação. Essa alienação a que nos referimos também é compreendida por Castoriadis (1982, p. 124) como heteronomia, e significa a interferência externa na formulação do discurso do sujeito e da coletividade que formam os movimentos sociais. Mas, acaso existiria formulação de discursos oriundos apenas do Ser ou de suas coletividades isoladas? Cremos que Castoriadis contribua para elucidar essa questão:

A autonomia não é pois elucidação sem resíduo e eliminação total do discurso do Outro não reconhecido como tal. Ela é instauração de uma outra relação entre o discurso do Outro e o discurso do sujeito. A total eliminação do discurso do Outro não reconhecido como tal é um estado não-histórico (CASTORIADIS, 1982, p. 126).

Neste sentido, o que diferencia a significação atribuída aos sujeitos e aos atores sociais neste trabalho são os campos onde cada um deles se situa na luta de classes. O sujeito social é dotado de autonomia por ser autodeterminado e se descobrir classe a partir de experiências concretas de lutas contra a produção capitalista do espaço. Sendo a composição do movimento social aquela de diversos sujeitos (sujeito coletivo), o discurso exterior, para esse movimento social, é ressignificado de acordo com os interesses do movimento.

Já o ator desempenha papel determinado e desencadeia ações de impactos que variam das escalas locais à mundial. As determinações absorvidas são de classes e orientam a manutenção do *status quo*. Logo, elas acontecem sem ser reelaboradas pelo ator. Enquanto o sujeito coletivo reelabora a heteronomia, os atores a absorvem e passivamente a difundem por meio da execução da ordem/tarefa sem a reflexão sobre o seu conteúdo.

Essa capacidade de se refazer por meio do discurso exterior e da reelaboração do discurso do Outro, dentro do processo social, faz dos sujeitos produtores de novas espacialidades que confrontam com as reproduzidas pelos atores e determinadas pelos agentes. Os atores sociais estão, também, no campo das representações, e, portanto, não decidem rumos de ações: eles as executam. São veículos de determinações oriundas dos

agentes que escolhem a ação a ser realizada, tais como os governos, as multinacionais, as organizações internacionais, as agências de notícias, os sindicatos, que deliberam cada uma das ações desencadeadas pelos que chamamos de atores. Ações também são deliberadas por sujeitos que, no campo das representações sociais, podem ser agentes que se autonomizam dos pressupostos que os delegaram para tal representação e passam a operar por meio de instituições ou organizações (agências) e interesses de classes dominantes através destes veículos de ações, ou, personas do capital que operam grandes intervenções no mercado financeiro mundializado.

O sujeito (coletivo) organiza-se autonomamente ao se perceber como classe social, ou seja, ao perceber que o discurso do Outro desconhecido não deveria ser o seu discurso e, ao receber a influência do discurso externo, reelabora-o privilegiando suas agendas. O ator social tem sua ação pautada pela determinação daquele conjunto de indivíduos, cuja posição representa os interesses da classe dominante através da alienação política e cultural, que tem na heteronomia do trabalho assalariado sua maior expressão.

A maturidade da geografia brasileira nos estudos sobre movimentos sociais

Neste momento, pontuamos o esforço de alguns geógrafos que se dedicaram a contribuir, a partir do estudo de movimentos sociais específicos, com formulações que tiveram o espaço e o território como instrumentos fundamentais para a análise geográfica dos movimentos sociais, abrindo caminhos para que, em pouco tempo, se propusesse essa ação coletiva como mais uma categoria de análise da geografia⁷.

Assim, faz-se necessário situar a produção sobre movimentos sociais na geografia brasileira no período que sucedeu o movimento de renovação da geografia, até porque, como já acentuamos em alguns momentos, trata-se de um processo em curso desde meados da década de 1970 e que tem sido constantemente alimentado e renovado pelas gerações subsequentes.

Quando falamos em geografias nos e dos movimentos sociais, estamos afirmando, de um lado, a presença de características produzidas e adquiridas pelos movimentos e que são de interesses da geografia, simplesmente por se tratarem de relações sociais constituintes e constituidoras de espaços e territórios e que são por estes constituídas e constituidoras. Tratam-se de marcas adquiridas em processos e que passam a fazer parte dos movimentos sociais, num movimento semelhante ao da paisagem, ou das rugosidades, conforme denominação de (SANTOS, 1999).

Em relação às marcas nos movimentos sociais, estamos chamando de essências sempre renovadas que nos permitem perceber a geografia como parte e trunfo dos movimentos sociais. Tais marcas são constituídas pelas lutas e demandas que mobilizam os indivíduos para a ação que visa a conquista de moradia, transporte, educação, saúde e outros direitos relacionados aos campos da produção e reprodução social, e implica a necessidade e o esforço de se compreender as ações e suas determinantes históricas e geográficas, os campos em disputas, as táticas e estratégias na luta (política) e mesmo em sua extensão. São as territorialidades e espacialidades constituintes dos processos de lutas e disputas nas mais diversas arenas, contra e/ou pela superação das causas que lhes deram origem.

Portanto, ao falarmos das geografias dos e nos movimentos sociais, estamos alertando que não se trata, simplesmente, de uma questão de natureza semântica, mas de características constituídas de formas diferenciadas, por meio de movimentos distintos e contrariamente direcionados e que fazem parte dos mesmos processos que constituem o fenômeno, no caso, um movimento social específico que produz e absorve espaço. Nesse sentido, a geografia no movimento social é o acúmulo do processo (das geografias) que

⁷ A proposição dos movimentos sociais como categoria geográfica está em artigo publicado por Bernardo Mançano Fernandes, na *Revista Terra Livre*, número 15, no ano 2000, cujo título é “Movimento social como categoria geográfica”.

constituiu o movimento, enquanto a geografia do movimento social são as geografias produzidas pelo movimento.

Renato Emerson dos Santos (2006) apresenta acurada revisão teórica acerca dos estudos sobre movimentos sociais na geografia brasileira, a partir do movimento de renovação da geografia brasileira. Trabalha três tendências analíticas sobre movimentos sociais por meio do exame dos trabalhos pioneiros sobre esta temática na geografia. Trata-se da geografia da organização dos movimentos sociais; das geografias das lutas sociais; e das geo-geografias dos movimentos sociais. Seus autores, conteúdos e referências encontram-se contidos no quadro abaixo.

Os referenciais que influenciaram o debate geográfico sobre movimentos sociais na década de 1980, sob o impulso do movimento de renovação da geografia brasileira, foram produzidos por meio da análise das experiências dos movimentos sociais europeus, sobretudo os que se tornaram referência da tendência analítica “geografia da organização dos movimentos sociais”. Isso não significa que as “geografias das lutas sociais” e as “geografias dos movimentos sociais” não tenham sido influenciadas por produções europeias ou norte-americanas. Mas, sim, que os acúmulos possibilitados pelas tendências que a precederam contribuíram para elaboração de conceitos e categorias próprias à geografia, a partir da experiência da construção de teorias, partindo das peculiaridades dos objetos que inicialmente se propuseram a entender. Dessa forma, têm contribuído para a superação de uma prática muito recorrente nas ciências sociais, qual seja, a sobreposição da teoria à realidade por meio da tentativa, pouco evitada, de utilizar pressupostos teóricos elaborados a partir de realidades específicas que, do ponto de vista político, cultural e econômico, são diferentes de outras realidades particulares, tais como a brasileira (GOHN, 2002, p. 292).

Tais pressupostos teóricos, que alimentaram os primeiros estudos geográficos da década de 1980 sobre o tema em tela, não influenciaram apenas a geografia brasileira, mas praticamente todos os campos do saber que naquele momento se propuseram a pensar os movimentos sociais na Europa e América Latina. Tais análises foram produzidas por autores que se propuseram a uma revisão da teoria clássica marxista, o que contribuiu para a produção de abordagens que não se restringiram apenas às estruturas do modo de produção capitalista.

Presente nas referências dos primeiros estudos sobre movimentos sociais no Brasil da década de 1980, o sociólogo catalão Manuel Castells (1973) considerou os movimentos sociais urbanos como aparelhos calcados em práticas sociais contraditórias e avessas ao *status quo* estabelecido, e pensou o *espaço como produto de um feixe de relações sociais* (GOHN, 2002, p.189).

Em trabalho sobre as associações de moradores de favelas no Rio de Janeiro, Soares (1989, p. 95) afirma o aumento das mobilizações populares em vários países. Para ela, tais mobilizações representaram novas formas de conflitos sociais ligadas “diretamente à organização coletiva do modo de vida”, desencadeando e generalizando movimentos sociais urbanos. Apoiando-se em Castells, a autora identificou nesse movimento três elementos que, segundo este autor, deveria estar presente no movimento social urbano:

[...] um conteúdo social sem ambiguidades; uma base social homogênea; uma organização política cujos militantes vivem no local, assumem a coordenação da luta e estão vinculados à base social (SOARES, 1989, p. 97).

O conteúdo social sem ambiguidades se refere aos campos em lutas compostos, de um lado, pelos proprietários de terras urbanas (inclusive o Estado), e de outro lado, por uma imensa população carente que se unifica e se organiza para construir suas habitações em terras de que não é proprietária, o que, por sua vez, a caracteriza enquanto base social homogênea que produziu, por meio das ocupações e resistências, um espaço de coordenação das lutas, representada pelas Associações de Moradores de Favelas e pela Federação das Associações de Moradores de Favelas.

Dessa forma, a autora procurou esquadrihar, por meio da observação, da história e

do desenho das organizações dos moradores de favelas, elementos empíricos que respondem àqueles critérios levantados por Castells sobre o movimento social urbano e apresenta uma geografia das associações através da verificação de como ocorre a distribuição destas no espaço urbano.

Outra referência presente nos estudos geográficos sobre movimentos sociais, na década de 1980, estava num campo de autores que procuraram rever algumas questões negligenciadas pelo marxismo ortodoxo e que Lefebvre trouxe à cena por meio da necessidade de se compreender as relações sociais situadas no campo da reprodução das relações sociais, pois, nos espaços onde tais relações se efetivam e reside a classe trabalhadora, a espoliação cotidiana vitima a classe já explorada na produção, e também determina um espaço da reprodução caracterizado pelas carências em relação a diversos aspectos, como os equipamentos urbanos e a diferenciação espacial, resultados do desenvolvimento contraditório e desigual do capitalismo.

Quadro-1 - Tendências analíticas sobre geografia e movimentos sociais

	Geografia da organização dos movimentos sociais	Geografia das lutas sociais	Geo-grafias dos movimentos sociais
Características	Conjunto de trabalhos que abordam mais descritivamente as formas de organização dos movimentos. Os movimentos sociais são apresentados no que tange à sua estrutura organizativa e às agendas mobilizadoras, mas estas são realçadas em sua interlocução com o Estado. O referido caráter descritivo da abordagem das organizações dos movimentos não exclui os desenvolvimentos teórico-analíticos nesses estudos, na direção de uma conceituação dos movimentos.	Esta tendência trabalha as formas de “materialização” das lutas e dos conflitos sociais no espaço, enquanto expressão concreta das contradições sociais. Insere-se no movimento de afirmação do espaço na teoria social, particularmente a teoria social crítica. Apresenta o processo de produção do espaço capitalista como sendo pleno de contradições, e são estas que vão se configurar nos motores da criação dos movimentos sociais. Propõe que as ações dos movimentos sociais são expressões da luta contra o capitalismo (ainda que, na maioria das vezes, sem aprofundamentos ou discussões teóricas acerca do próprio conceito de movimentos sociais), e o espaço, enquanto uma “instância” da sociedade, tem nas manifestações e materializações das lutas dos movimentos sociais as grafagens desta luta.	Tendência recente no debate entre geografia e movimentos sociais. Têm realizado esforços para a proposição de categorias analíticas de leitura dos movimentos sociais partindo do arcabouço teórico conceitual da geografia contemporânea. O movimento social passa a ser instrumento de teorizações propiciadas a partir das suas práticas, podendo em alguns casos ser redefinido e considerado como conceito geográfico.
Principais autores	Maria Terezinha de Soares Segadas, Satiê Mizubuti e Júlia Adão Bernardes	Ariovaldo Umbelino de Oliveira, Marcelo José Lopes de Souza	Bernardo Mançano Fernandes, Carlos Walter Porto Gonçalves.

Principais referências	Castells, Jordi Borja, Jean Lojkine	Marxismo de viés estruturalista, geógrafos como Milton Santos e Yves Lacoste e críticos do marxismo como o filósofo Cornélio Castoriadis	Edward Thompson, Pierre Bourdieu, Michel Foucault, Milton Santos, John Searle
-------------------------------	-------------------------------------	--	---

Organização: do AUTOR. Fonte: Renato Emerson dos Santos, 2006.

Ao considerar outros lugares, além daqueles em que se realiza a contradição capital-trabalho, e possibilitar por meio de outros olhares a compreensão da própria contradição estrutural que caracteriza o capitalismo – nos mais diversos e longínquos lugares das cidades onde se evidenciam problemas como habitação; saúde; educação; fome; cultura (enquanto práticas de lazer e festas somente possíveis no cotidiano dos espaços da reprodução e do tempo livre) –, esses autores propõem um novo e mais eficaz método de se compreender os movimentos e ações da sociedade. Ora, se os espaços da reprodução possibilitam olhares privilegiados para percepção e compreensão de determinadas realidades sociais, os espaços da produção permitem compreender as relações que determinam tais realidades de privações de possibilidades nos espaços da reprodução. Portanto, é fundamental, partindo do espaço da reprodução, não desconsiderar as relações oriundas do mundo do trabalho.

Discutindo o trabalho de Satiê Mizubuti, “O Movimento Associativo de Bairro em Niterói (RJ)”, tese de doutorado defendida em 1986, Santos (2006) conclui que a autora entendeu o fenômeno do associativismo como um movimento social fundado na expressão dos conflitos e lutas sociais oriundas das contradições produzidas pelo capitalismo por meio da relação desigual capital-trabalho e na constituição cada vez mais intrincada da textura social urbana.

Santos (2006) destaca, ainda, a heterogeneidade, encontrada por Mizubuti no interior da base social do Movimento Associativo de Bairros de Niterói, representada nos bairros e localidades de composições sociais distintas umas das outras. Esta multiplicidade social reflete-se em diferentes pautas e desejos, o que dificulta a construção de uma agenda comum, produzindo conflitos e contradições no interior das associações, exemplificadas pelo autor:

Em bairros que congregam moradores favelados e de classe média, ou, outro exemplo, bairros favelados onde há proprietários e inquilinos - estes últimos, muitas vezes, se posicionando contra melhorias que poderiam encarecer os aluguéis e até causar a chamada “expulsão branca” pelo encarecimento dos imóveis, obrigando-os a se deslocar então para bairros mais longínquos (SANTOS, 2006, p. 36).

Para além da contribuição de “radiografar” o interior e a organização das associações de bairro do município de Niterói e explicitar heterogeneidades socioespaciais dos movimentos sociais, cuja consequência é a fragmentação da agenda e das pautas do próprio movimento, Pedon (2009) formula, a título de hipótese, que estes fatos, presentes nas contribuições de Mizubuti e em outros trabalhos, podem:

[...] indicar uma importante contribuição que os primeiros estudos sobre movimentos sociais realizados por geógrafos podem ter dado para os cientistas sociais, ou seja, a de que, por mais que os movimentos sociais urbanos abriguem uma gama variada de situações, eles surgem das contradições manifestadas no cotidiano da população mais carente na sua condição de morador, aquele que compartilha, em conjunto, do espaço da morada (PEDON, 2009, p.85).

Mesmo concordando com tal reflexão, salientamos que tais “contradições manifestadas no cotidiano das populações mais carentes...”, são produzidas a partir da

reprodução da ordem capitalista, cujos espaços privilegiados são os lugares das produções e os lugares da mediação entre Estado e mercado, hegemonizados pelas classes dominantes proprietárias do capital. Nesse sentido, tratam-se de escalas distintas: as das manifestações da contradição do fenômeno, que atualmente é mundial, e as da reprodução e manutenção do próprio fenômeno que produz tais contrações. As primeiras, ao se organizarem, descobrem nesse processo o poder das escalas; as segundas operam as escalas do poder. Ambas recorrem ao Estado como instrumento de mediação, com ou sem a percepção da não neutralidade deste em uma sociedade de classes.

Jean Lojkine inseriu em suas análises sobre as organizações populares as desigualdades que dizem respeito ao consumo coletivo, sem desvinculá-las do modelo teórico estrutural que atribui centralidade de análise às agendas e processos do capitalismo monopolista que aprofunda as contradições urbanas, e se dão pelo caráter classista dado ao aparelho de Estado, em função de se tratar de uma estrutura forjada no interior da sociedade de classes, a partir da formação de uma hegemonia política e cultural no interior desta sociedade e que é constituinte de um bloco histórico que lhe exerce o comando. Sobre essa questão, Nelson Rodrigo Pedon (2009) comenta que:

Um elemento importante presente no trabalho de Lojkine (1981) é que ele atribuiu uma significativa margem de abertura para uma possível mudança no interior do aparelho de Estado. Apoiando-se em Antônio Gramsci, ele assegura que quando a luta de classes se desenvolve em seu limite, abre-se o caminho revolucionário para o questionamento da dominação e da hegemonia da classe dominante. Forma-se deste modo um espaço para a ruptura ou para a transição entre uma classe que declina e outra que ascende. (PEDON, 2009, p.79)

Destarte, Lojkine (1981) apresenta-nos a perspectiva de um movimento social popular, portador das condições de viabilizar transformações sociais por meio das “brechas” construídas e/ou contidas no aparelho de Estado. São laceadas no processo de interlocução entre os movimentos sociais e o Estado em um processo em que as relações políticas são entendidas como o “lugar onde se efetua a transição de um modo de produção para o outro, em que a luta de classes é levada ‘até o fim’” (LOJKINE, 1997, p. 313). Essa leitura também é compartilhada atualmente por Boaventura de Sousa Santos, cuja posição tem sido a defesa de se lutar em todos os campos possíveis, percebendo dessa forma o Estado como um movimento social em disputa (SANTOS, 2007a).

O Movimento de Amigos de Bairro do município de Nova Iguaçu foi estudado pela geógrafa Júlia Adão Bernardes no início da década de 1980. Bernardes (1983 apud SANTOS, 2006), baseando-se teoricamente em Castells, Jordi Borja e Jean Lojkine, narra o processo de produção do espaço periférico de Nova Iguaçu como expressão das contradições da urbanização capitalista que viabiliza o surgimento do que ela chama de movimentos reivindicatórios.

Dessa forma, compreende-se o movimento entendendo como a sociedade se organiza no espaço e como tal organização interfere na estrutura da sociedade, ou seja, nas palavras da autora, “como espaço e sociedade via movimento se transformam” (grifo da autora).

A segunda tendência analítica sobre os estudos dos movimentos sociais pela geografia brasileira pós-movimento de renovação identificada por Santos (2006) é a “geografia das lutas sociais”. Ele define-a, considerando que

[...] demarca trabalhos que têm os movimentos sociais como motivadores, mas não como objeto em si: ou seja, não há um remetimento direto às organizações decorrentes da ação coletiva, personificada na forma dos movimentos sociais, mas sim a busca da identificação das espacialidades dos conflitos e das lutas sociais (SANTOS, 2006, p. 46).

Ou seja, são abordagens preocupadas em compreender os conflitos, as

conflitividades e as ações, compreendidas como espacialidades desses movimentos sociais ou, em outras palavras, seus processos e suas expressões espaciais na sociedade atual. Enquanto o conflito pode ser compreendido como a manifestação das contradições por meio da ação, a conflitividade é a possibilidade do conflito em determinadas conjunturas (SANTOS, 2006).

Um pesquisador com trabalhos relevantes nesse campo de análise é o professor Ariovaldo Umbelino de Oliveira, que, desde a década de 1980, tem dirigido as suas pesquisas para a construção de uma geografia agrária, que tem os movimentos sociais como questão central para o entendimento do espaço agrário brasileiro. Nessa abordagem, os movimentos sociais são compreendidos como expressões de contradições que alimentam lutas, conflitos e redefinições espaciais na sociedade capitalista. Santos aponta, entre as características dessa tendência,

[...] uma influência nítida do debate acerca da definição do protagonista da transformação social, debate que se aquece com a crise e decepções acumuladas junto às experiências, sobretudo do eurocomunismo. Se não está no partido, onde está o porta-voz, o agente motor, a vanguarda, o líder condutor da transformação? [...] Esta indefinição é um problema conceitual e político que acaba deslocando o foco analítico para as lutas e para as contradições sociais, e menos para o ator movimentos sociais (ibid, p. 46).

Nesse sentido, compreende-se o esforço de Oliveira (1988, p. 55-82) ao propor o arquétipo da “geografia das lutas no campo”, não apenas enquanto expressão das espacialidades dos movimentos em lutas, mas também como a demonstração e a compreensão dos atos concretos que caracterizam as ações nos momentos da luta, ou seja, a espacialização dos conflitos no campo. Para isso, o autor construiu uma análise dos confrontos, das revoltas, das mortes, dos assentamentos, dos acampamentos no campo, de modo a se constituírem em indicadores que demonstrassem uma geografia da violência no campo.

Tal percurso foi construído por meio do resgate das lutas históricas da sociedade brasileira, que remontam ao Brasil Colônia, como as de resistência à escravidão, como a do campesinato que luta pelo sua reprodução resistindo às expansões das fronteiras agrícolas monocultoras, as de produções dos territórios livres dos quilombos, e os empates⁸ promovidos pelos povos da floresta contra as ações de latifundiários a serviço do capital internacional que operaram desde o final dos anos de 1970 na Amazônia ocidental por meio de incentivos para a ocupação capitalista dessa região. A ação dos seringueiros no Acre deu à região notoriedade global e contribuiu também para que a agenda ambiental entrasse na pauta da sociedade brasileira ainda na constituição de 1988, mesmo se tratando de uma agenda não realizada em função da desproporcionalidade das forças as quais disputam as agendas políticas e econômicas do país.

Contudo, é entre as duas primeiras décadas da República que eclodem duas das mais conhecidas revoltas camponesas do país, ambas com significativo caráter messiânico: Canudos (no sertão baiano) e Contestado (em uma área de litígio entre os estados do Paraná e Santa Catarina).

Oliveira (1988) destaca dois processos indissociáveis do desenvolvimento capitalista no Brasil que contribuem para a organização e maior combatividade do movimento camponês, a partir da segunda metade do século XX. Um é a luta pelo resgate da condição de camponês autônomo frente à expropriação desencadeada pelos posseiros contra os fazendeiros e grileiros; o outro é a luta dos camponeses parceiros ou moradores contra a expropriação, o que os transforma em trabalhadores assalariados.

⁸ Trata-se de ação coletiva organizada pelas representações dos povos da floresta contra a ação destruidora que significava as condições para o avanço da agropecuária e do extrativismo madeireiro no estado do Acre. Essas ações tiveram como lideranças estimuladoras os Sindicatos dos Seringueiros das cidades de Brasileia, Rio Branco e Sena Madureira e suas principais lideranças como Wilson Pinheiro e Chico Mendes (assassinado no quintal de casa em Dezembro de 1988).

Estes dois processos gerais de luta no campo vão praticamente comandar o pipocar de conflitos durante todo este século. É a luta sangrenta dos camponeses contra o pagamento da renda da terra. Exemplos desses processos foram a Revolta de Trombas e Formosa em Goiás, a guerrilha de Porecatu no Paraná e a formação das Ligas Camponesas, sobretudo no Nordeste brasileiro (OLIVEIRA, 1988, p. 22).

A luta que visava resgatar a condição camponesa e resistir à transformação do campesinato em trabalhadores assalariados atraiu, naquele momento, contraditoriamente, dois agentes que assumiram, incoerentemente, posturas distintas das orientações das organizações às quais estavam submetidos. Trata-se do Partido Comunista Brasileiro (PCB) e da Igreja Católica. O primeiro teve fundamental importância na organização dos camponeses através da contribuição na formação da União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil (ULTAB) e que no início da década de 1960 seria o embrião da Confederação dos Trabalhadores Agrícolas (CONTAG). O segundo entrou na questão agrária em setembro de 1950, por meio do bispo de Campanha (MG) D. Inocêncio, que lançou a primeira pastoral sobre a situação no campo, logo depois de o Partido Comunista Brasileiro ter lançado o documento que ficou conhecido como o “Manifesto de Agosto”, cujo conteúdo foi uma radical postura em relação aos problemas do campo. Sobre essa questão, Martins analisa que:

A Igreja entrou na questão agrária, através da pastoral de D. Inocêncio, por uma porta extremamente reacionária. Aquela pastoral nasceu de uma reunião de fazendeiros, padres e professores rurais e não de uma reunião de camponeses e trabalhadores rurais. A preocupação era com a agitação que estava chegando ao campo, com a possibilidade da Igreja perder os camponeses, como tinha perdido os operários. A questão era desproletarizar o operário dos campos, evitar o êxodo que levava os trabalhadores para a cidade e os tornava vulneráveis à agitação e ao aliciamento dos comunistas [...]. No entender dos bispos, só a fixação do homem à terra evitaria o êxodo, a proletarização. A transformação do trabalhador em pequeno proprietário constituía assim a única saída para salvá-lo do comunismo (MARTINS, 1981, p. 88).

Nesse sentido, fica evidente que o objetivo inicial desse segmento da Igreja com as pastorais do campo foi um contraponto às ações do PCB, cuja influência nos movimentos camponeses (principalmente naqueles com avançado grau de proletarização) era ascendente.

Contudo, em 1958, aderindo a resoluções do Partido Comunista da União Soviética (PCUS), o PCB passou a aprofundar a sua aliança de classe que tinha como objetivo construir a revolução brasileira por meio do processo de revolução democrático-burguesa, que em tese levaria o país ao socialismo. No entanto, tal como vimos acima, baseando-se em Oliveira (1988), o que estimulava as lutas daqueles camponeses era exatamente a sua oposição contra o assalariamento e contra a expropriação dos camponeses e, conseqüentemente, suas transformações em trabalhadores assalariados urbanos, ou seja, um dos aspectos que caracterizam a revolução democrática burguesa buscada pelo PCB.

Essa postura distanciou o PCB das Ligas Camponesas e sua atenção no campo da questão agrária dirigiu-se aos assalariados e semi-assalariados agrícolas e a disputa política de suas organizações nos sindicatos de trabalhadores rurais. A contradição, a que nos referimos, sobre os dois principais agentes da luta pela terra no Brasil do século XX, é a de que o PCB contribuiu com a organização de um movimento que tinha por objetivo questões antagônicas às táticas do partido para executar o seu projeto político de sociedade. Enquanto o movimento camponês lutava pela terra e contra sua proletarização, o PCB acreditava na proletarização como um processo da revolução brasileira.

Tal cenário é mais bem compreendido a partir da afirmação de Santos (2006, p. 49) sobre uma das características da geografia das lutas no campo e que também serve para

entender, naquele momento, a relação do Partido Comunista com o movimento camponês: “[...] *tributárias das tradições marxistas, têm no Partido e no Estado – e não, nos movimentos sociais – referências inescapáveis*” (grifo nosso), ou seja, para essa tendência, o partido é o interlocutor social privilegiado no processo de transformação social da sociedade. Precisamos refletir sobre qual tem sido o papel dos partidos comunistas ou de orientação marxista para a transformação da realidade social (e isso não significa abrimos mão do marxismo). Eles têm operado por uma sociedade para além do capitalismo ou para uma transformação social do capitalismo?

Já a Igreja, que entrou no debate sobre a questão agrária para disputar a influência dos camponeses com o PCB e teve ao seu lado setores reacionários do mundo rural brasileiro daquele momento, compreendeu que a única forma de impedir a influência dos comunistas e garantir a temida agitação longe do campo era evitar a proletarização camponesa. Percebeu que a única forma de realizar tal projeto era por meio da fixação do homem a terra.

Entretanto, os agentes da proletarização do campo estiveram juntos com os sacerdotes na constituição das primeiras pastorais da terra e, também, com a hegemonia da Igreja na Marcha com Deus e pela Liberdade que contribuiu para o golpe militar de 1964.

Outra referência a ser destacada nos estudos sobre movimentos sociais na geografia que compõe a tendência analítica identificada por Santos (2006) como “geografia das lutas sociais” é a do geógrafo Marcelo José Lopes de Souza. Em dissertação de mestrado, defendida em 1988, sobre as limitações e potencialidades do ativismo de bairro, o autor explora (em aspecto distinto ao exposto pela “Geografia das lutas no campo”) a interlocução entre movimentos sociais e partidos políticos, considerando os últimos, tal como o Estado, agentes da reprodução das relações heterônomas que caracterizam a sociedade de classes. Isso porque, ao longo do processo de constituição e ação dos movimentos sociais, eles tendem a serem “cooptados” por partidos, por meio de seus sujeitos políticos, e pelo aparelho de Estado, por meio da realização de parte da agenda motivadora do movimento.

Assim, substituem-se os discursos e as práticas, dos sujeitos determinados (delegados pelos movimentos a representá-los), por outros discursos e práticas, para os mesmos sujeitos, a partir da estrutura que anteriormente combatiam. De sujeito coletivo, devido à resignificação do discurso exterior, tornou-se ator, determinado pela ordem cujos interesses passaram a operar. Entretanto, isso não deve ser tomado como regra, pois, de acordo com Chauí (2000, p. 304), “a autonomia redefine o sentido da representação e da participação”.

Segundo Santos (2006), Souza distanciou-se, durante o processo de análise que constituiu seu trabalho, do referencial teórico marxista, sob o argumento de que o marxismo de matiz estruturalista se mostrara incapaz de congregar os diferentes tipos de ativismos sociais de “fora da fábrica”. Sua análise foi sobre as experiências espaciais construídas nos bairros, materializadas como focos de resistências às contradições das estruturas sociais que produzem as desigualdades expressas nos usos dos espaços sociais e na ocupação do espaço urbano. Tais experiências são por ele chamadas de ativismo social.

Souza tem se dedicado à interpretação deste conceito no intuito de aprofundar questões levantadas por Touraine (1974) e publicada no Brasil em 1977, acerca do que se poderia considerar um movimento social. Naquele momento, para Alan Touraine, cuja posição já não é mais a mesma, “*todo movimento social é ao mesmo tempo um movimento de classe, um movimento anticapitalista, oposto a dominação estrangeira e voltado para a integração e a modernização nacional*” (TOURAINÉ, 1977, p. 43).

Neste sentido, Souza procurou compreender e conceituar ações coletivas que se constituíram movimentos a partir dos bairros das cidades. São movimentos de bairro que produzem agendas e ações que extrapolam os espaços que lhes deram origem. Mas os movimentos nos bairros envolvidos com uma pauta que se restringe apenas a alguma melhoria imediata na localidade, sem compreender a necessidade de articular agendas e escalas de reivindicações e ações, escapam à definição de movimentos sociais dada por Touraine e corroborada por Souza.

Em trabalho publicado no ano 2000, o autor explica a sua interpretação do conceito

desenvolvida em sua dissertação de mestrado. Trata-se do conceito de ativismo social que, para ele, em alguns momentos, pode responder a uma denominação àquelas ações coletivas que não se enquadram na definição de movimentos sociais por ele defendida:

[...] propôs (SOUZA, 1988), com base na conceituação de Alain Touraine sobre o que seria um movimento social, uma diferença entre ativismo de bairro (que seria um ativismo social espacialmente referenciado no que tange à sua organização e identidade, sendo o bairro o recorte espacial que funcionaria como uma espécie de fator aglutinador) e movimento de bairro (que seria um tipo de ativismo em que se logra ultrapassar o paroquialismo, levando a maior conscientização política e, o horizonte de lutas ampliado, a que se passe de uma denúncia de problemas pontuais para uma leitura crítica da cidade e do modelo social que a produz). Assim, todo movimento de bairro é um ativismo de bairro, mas nem todo ativismo chega a constituir-se em verdadeiro movimento social (SOUZA, 2000, p. 141).

Para ele, o movimento social se constitui a partir do ativismo, que por sua vez é uma ação coletiva organizada. No entanto, nem toda ação coletiva⁹ é um ativismo, de modo que não é qualquer ativismo que se transforma em movimento social (Souza, 2009, p. 10). Nesse sentido, ele situa o conceito de movimento social em uma escala de estágio evolutivo e estrutural da ação ao caracterizá-lo como subconjuntos do ativismo social:

[...] ativismos sociais [...] são um conjunto mais amplo de ações públicas organizadas, do qual os movimentos sociais seriam um subconjunto [...] Os movimentos sociais, de sua parte, seriam uma modalidade especialmente crítica e ambiciosa de ativismo social, distinta de ativismos “paroquiais”. Estes encaminham reivindicações pontuais, sem articulá-las com questionamentos mais profundos, relativos a problemas nacionais e internacionais, e sem construir pontes entre a conjuntura, cujo domínio não ultrapassam, e as estruturas que não chegam a tematizar. São, não raro, prisioneiros do ou contaminados pelo clientelismo (idem, 2006, p. 278).

Ele assevera o risco de banalização do conceito de movimento social e também de ativismo, quando se considera como tais algumas ações esporádicas como os quebra-quebras no transporte coletivo, saques e outras ações com essas características. No entanto, desconsidera também a possibilidade desses eventos serem modalidades de ações coletivas que o próprio autor, Souza (2006, p. 281), elaborou, e as chamou de “mero ativismo urbano em sentido fraco”, pois, mesmo tratando-se de atos de revoltas, em função da repetição cotidiana da ausência de equipamentos urbanos que os estimulam, podem sim ser organizadas. O que fica em aberto em relação a essas ações coletivas, que são chamadas por Souza de “vandalismo de protesto”, é a questão da autonomia na ação dos sujeitos que a praticam. De onde é que vem a “ordem” para o desencadeamento da ação? Vem do interior daquelas centenas de pessoas que, naquele momento, fazem-se sujeitos coletivos para a ação contra uma estrutura que, contraditoriamente, lhes dificulta a realização do heteronômico trabalho assalariado por meio da ausência e precariedade do transporte coletivo de massa.

Santos (2008a) apresentou um completo retrospecto das ocorrências dos quebra-quebras nos transportes coletivos nas regiões metropolitanas de São Paulo, Rio de Janeiro e Salvador, no período compreendido entre as décadas de 1940 e 1980. Ela os associa, em geral, à precariedade dos sistemas de transportes urbanos e mostra que as primeiras ocorrências aconteceram na cidade de São Paulo e na Grande Rio de Janeiro no ano de 1947. Afirma que:

⁹ Os ativismos, como ações públicas organizadas e relativamente duradouras, diferenciam-se de ações coletivas efêmeras e pouco organizadas ou desorganizadas, como quebra-quebras (“vandalismo de protesto”), saques e outras [...] Souza, 2006, p. 278 (grifo nosso).

Em geral, esses movimentos são condenados por serem destrutivos e inconsequentes, dilapidando um patrimônio a serviço da população, que, no fim, seria sempre a mais prejudicada. Mas, em alguns momentos, como ocorreu com o levante contra a Cantareira, em 1959, ou com os trens da Central do Brasil, em 1975, no Rio de Janeiro, essa forma de pressão surtiu efeito. Tais manifestações nunca ficam no vazio. O quebra-quebra da Vila Matilde de 1981, por exemplo, ganhou a solidariedade dos movimentos organizados, como o Movimento contra a Carestia, os movimentos de moradores de favelas, sindicatos de trabalhadores e comissões de moradores de bairros (SANTOS, 2008a, p. 113).

Portanto, chamá-las meramente de vandalismos de protesto é desconsiderar a potencialidade do furor popular no que diz respeito à possibilidade de desencadeamento de uma ruptura mais radical da sociedade, a partir das mazelas da gestão dos equipamentos urbanos e dos contínuos descasos das autoridades públicas delegadas a resolver essas questões.

Souza, ainda, reafirma a sua proposição de que todo movimento social é um ativismo, mas nem todo ativismo é um movimento, ao afirmar que os ativismos urbanos, em sentido forte e em sentido fraco, podem ou não se desdobrar e apresentar como movimentos propriamente ditos, redundando em quatro tipos expostos no quadro abaixo.

Essa elaboração de Souza que diferencia os ativismos e os movimentos sociais urbanos em sentidos fracos e fortes é constituída, a nosso ver, a partir de uma reflexão sobre o pensamento do filósofo grego Cornelius Castoriadis a propósito do debate da autonomia. Baseando-se neste autor, Souza propõe a existência de graus de autonomia:

[...] buscando complementar o legado castoridiano, tem o autor defendido a convivência de uma diferenciação entre autonomia “em sentido forte” e autonomia “em sentido fraco”. Em “sentido forte” a referência à autonomia equivaleria a ater-se a um horizonte de pensamento e ação: projeto de construção de uma sociedade basicamente autônoma. Já o “sentido fraco” refere-se à necessidade de valorizar conquistas táticas e conjunturais em meio a uma navegação de longo curso, durante a qual, mesmo sem superar os marcos gerais heterônomos, avanços menores, localizados, para além do significado positivo que possam ter em si mesmos (redistributivo, político ou outro), podem colaborar, político-pedagogicamente, para abrir caminho para conquistas mais ambiciosas no futuro. (SOUZA, 2006, p. 82)

Sobre a diferenciação dos ativismos, Souza diz que:

Ativismos urbanos em sentido estrito e forte giram muito nítida e explicitamente em torno de problemas diretamente vinculados ao espaço social. A questão do acesso a equipamentos de consumo coletivo e, mais abrangentemente, as condições de reprodução da força de trabalho assumem, aqui, importância central. Trata-se de um tipo de ativismo que tem origem em um clamor pelo direito à cidade: luta por moradia e por infraestrutura técnica e social, luta por regularização fundiária e desestigmatização de espaços segregados, luta por um maior acesso a equipamentos de consumo coletivo; enfim, luta por um espaço urbano mais agradável, mais “convivial” e menos injusto. Exemplo de ativismos urbanos stricto sensu são o ativismo de bairro convencional e os ativismos de ocupantes de imóveis (terrenos, casas ou apartamentos) vazios ou abandonados [...]. Ativismos urbanos em sentido amplo e fraco, de sua parte, são aqueles que, embora tenham as cidades como palco preferencial (e, às vezes, quase exclusivo), se referenciam apenas indiretamente pela espacialidade urbana. Sua existência gravita em torno de questões “setoriais” (melhores condições de trabalho e resistência contra a exploração e opressão na esfera da produção, luta contra as desigualdades e injustiças de gênero etc.), ainda que a organização espacial dos ativismos

possa ser sofisticada e os vínculos com as questões diretamente espaciais possam vir a ser percebidos (por exemplo, no caso do ativismo negro que não deixa escapar a relação discriminação social/segregação e estigmatização espaciais) (ibid, p. 280/1).

A nosso ver, Souza procura amarrar, junto ao seu esforço de análise socioespacial das ações coletivas urbanas, questões centrais e caras ao pensamento da esquerda do século passado, e ainda não resolvidas no início deste século, como o debate sobre a questão da autonomia, que permeia e subsidia toda sua argumentação; a ratificação das críticas ao marxismo idealista de raiz althusseriana e suas possibilidades de análises engessadas pelas determinações do PCUS. Contudo, convém lembrar que se trata de uma reflexão possível oriunda das contribuições da teoria crítica, que é, portanto, parte da contemporaneidade, mas que, de todo modo, assenta-se nos pressupostos da dialética marxista. Por último, estabelece-se o debate que procura conceituar a ação intermediária entre uma ação coletiva e um movimento social como ativismo social.

Quadro - 2 - Tipos de ativismos e movimentos sociais urbanos segundo Marcelo José Lopes de Souza

1 – “Mero” ativismo urbano em sentido fraco	Por exemplo, um sindicato operário afinado com o estilo do “sindicalismo de resultados”, desinteressado de uma crítica social ampla ou não sintonizado com ela.
2 – “Mero” ativismo urbano em sentido forte	Por exemplo, uma associação de moradores completamente paroquial e refém do clientelismo.
3– Movimento social urbano em sentido fraco	Por exemplo, um movimento organizado em torno da resistência contra a globalização capitalista, seus pressupostos e seus efeitos.
4– Movimento social urbano em sentido forte	Capaz de costurar diferentes questões, politizando amplamente a problemática da ocupação de imóveis mantidos vazios por razões especulativas e lutando para humanizar o espaço urbano e desenvolver um novo tipo de vínculo entre os moradores e seus espaços residenciais.

Organização: do AUTOR Fonte: Souza, 2006, p. 281.

Apesar de Souza advertir que sua crítica dirige-se, fundamentalmente, ao marxismo ortodoxo, ele se esquece de especificar, em alguns momentos de seu percurso (SOUZA, 2000 e 2006), o que ele mesmo reconhece como “marxismos”, ao fazer referência a E.P.Thompson e a Karel Kosik como representantes de tradição diferenciada da linha marxista que se consolidou com a crítica radical à experiência da URSS e do Leste Europeu. Por último, se é certo considerarmos uma distância entre ação coletiva efêmera com motivações específicas e movimentos sociais, e que o intermediário destas relações pode, em alguns momentos, ser um ativismo, cremos não ser tão correto estabelecer onde cada ação se situa, por meio apenas do nosso olhar sobre as táticas estabelecidas por tais sujeitos coletivos ou atores sociais. Por exemplo: Souza tipifica no quadro acima reproduzido algumas ações coletivas e, entre elas, o “sindicalismo de resultados”, associando essa prática sindical a um “mero ativismo”. Mas, será que não se trata de uma

contradição em termos situar o sindicato (uma organização institucional de representação de uma categoria específica de trabalhadores) entre uma ação coletiva e o movimento social, quando, na verdade, os sindicatos (independente de sua coloração), se encontram entre o movimento operário e o Estado? Delegado à representação de um movimento social (no caso um movimento operário¹⁰), ele sucumbe a essa tarefa por ter suas estruturas sustentadas pelo Estado. Se, na relação contraditória capital-trabalho, o pêndulo do Estado pende para o capital, e o do sindicato pende para o Estado, logo, trata-se de um agente reprodutor da heteronomia da sociedade de classes.

No entanto, é fundamental ter a clareza de que o movimento operário pode ter o comando das ações da categoria independentemente da posição do sindicato. A experiência da Oposição Sindical Metalúrgica de São Paulo (OMS-SP) demonstrou isso junto aos operários paulistanos, nas décadas de 1970 e 1980, frente à destoante posição do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, comandado pelo pelego “Joaquinzão”. De acordo com Sader, essa experiência foi “[...] uma coletividade onde se elabora uma identidade e se organizam práticas através das quais seus membros pretendem defender seus interesses e expressar suas vontades, constituindo-se nessas lutas” (SADER, 1988, p.55, grifo nosso).

Isso demonstra que a existência dos sujeitos é constituída na construção coletiva de alternativas frente a uma realidade produzida e imposta por interesses de classe, opondo-se ao *status quo*, valorizando a experiência cotidiana e exercendo a autonomia, característica fundante do sujeito social.

Um trabalho que no nosso modo de ver está dentro do campo de análise da geografia das lutas sociais é a tese de doutorado da professora Arlete Moyses Rodrigues, defendida no ano de 1988, cuja análise foi o movimento de luta pela terra urbana para moradias populares na região do bairro do Butantã, na cidade de São Paulo, e, em Osasco, região metropolitana de São Paulo.

Nesse trabalho, a autora procura “[...] obter uma compreensão sobre a luta no e pelo espaço urbano de segmentos da classe trabalhadora” (RODRIGUES, 1988, p.4). Tributária da tradição marxista, Rodrigues apresenta uma morfologia dos movimentos de moradia das décadas de 1970 e 1980, cujos sujeitos são as classes trabalhadoras¹¹ que lutam contra a lógica do capital rentista que desterritorializa a classe trabalhadora não proprietária e a expulsa para regiões longínquas da cidade, carentes dos mais básicos serviços de infraestrutura como água, luz, esgoto e transporte público.

Assim, ao se lutar por uma parcela do espaço, que significa a materialização do espaço da reprodução, os trabalhadores também lutam contra a lógica do capital, pois este, em sua contradição, produz constantemente as determinantes das mobilidades humanas no espaço baseadas nos valores de uso (no caso da terra, a terra de trabalho e de moradia) e de troca (no caso da terra, objeto de renda e especulação).

Rodrigues procura deixar claro na sua abordagem que a produção social da cidade é oriunda de múltiplas determinações e que as favelas, as ocupações, os acampamentos, os mutirões e outros diferenciados tipos possíveis de habitações são sínteses de distintas realidades que compõem a totalidade do urbano na sociedade capitalista e são produzidas no bojo da contradição entre capital e trabalho. Nesse sentido, a autora situa os participantes da luta por terra e moradia como sujeitos produtores da cidade e de uma contínua urbanização.

O deslocamento dos que lutam pelo acesso à moradia digna para o campo dos sujeitos sociais não se deu do dia para noite e não se dissocia do processo de luta e resistência pelas liberdades democráticas e contra o arrocho salarial e a carestia durante os anos 1970, que agravaram as condições de moradia da população trabalhadora. Aliás, a

¹⁰ Concordamos com a necessidade de estender o conceito de movimento operário para além das atividades específicas daqueles trabalhadores cujo labor é responsável pela produção direta, pois, os demais trabalhadores assalariados, vivem a condição social de proletariado mesmo não sendo produtor direto de valor. Sobre isso, ver Giovanni Alves, “Condição de proletariado” (2009).

¹¹ O conceito de classe utilizado pela autora está relacionado ao “lugar objetivo que cada um ocupa na divisão social do trabalho” (RODRIGUES, 1988, p.4), que, por sua vez, determina os lugares da reprodução social de cada um na cidade ou no campo.

acentuada precarização das condições de vida no regime autoritário contribuiu para o aumento do déficit de moradias e da favelização nas grandes metrópoles. Rodrigues informa que:

Em São Paulo, as favelas começam a ser mais visíveis a partir da segunda metade da década de 60. Em 1968, o PUB (Plano Urbanístico Básico) estima que a população favelada do Município correspondia a 0,7% da população total do Município, enquanto no Rio de Janeiro, em 1960, 16% da população era favelada (RODRIGUES, 1988, p. 138).

No início da década de 1980 a população favelada na região metropolitana de São Paulo, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE –, já ultrapassava os 5% da população total. O avassalador crescimento desse tipo de habitação e da demanda por moradia fez com que a Igreja Católica acentuasse ainda mais a sua opção pelos pobres através da reformulação de sua matriz discursiva.

Colocando-se coerentemente com a opção preferencial pelos pobres, assumida em Puebla, a Igreja, de acordo com o documento sobre o solo urbano, se propõe a uma ação evangelizadora, caminhando e lutando ao lado dos pobres, apoiando as diversas formas de organização e mobilização populares e ao mesmo tempo denunciando a mistificação que confunde a luta do pobre pela justa posse do solo com subversão. Pelo contrário, é considerada subversão a situação de extrema miséria em que vive a maioria dos trabalhadores brasileiros (RODRIGUES, 1988, p. 206).

Nesse sentido, religiosos ligados à teologia da libertação e criadores das CEB's podem ser considerados, tal como na maioria dos movimentos populares surgidos na década de 1970, partícipes da constituição dos movimentos de moradia e da transformação de seus membros em sujeitos coletivos da realização da pauta de milhares de famílias, bem como da rede de movimentos populares que se instaurou no país.

A emergência desses novos sujeitos coletivos, de acordo com Rodrigues, exigiu a elaboração de um novo discurso em relação aos habitantes de moradias precárias como favelas, ocupações coletivas e cortiços, cujo conteúdo situa tais lugares como espaços integrantes da vida urbana e da realidade brasileira, diferenciados pelas características das ocupações.

Se, anteriormente, o discurso comum era apenas o de que as favelas e cortiços são os espaços da promiscuidade, da insalubridade e da marginalidade, o protagonismo dos movimentos de luta por moradia e ações pastorais da Igreja contra-argumentaram que se trata de trabalhadores cuja única alternativa é a produção do espaço da reprodução, nos lugares e na forma em que os lugares por eles ocupados na produção lhes permitem.

Assim, passam a conviver dois discursos distintos e contraditórios entre si sobre a problemática urbana da moradia, que Rodrigues chama “convivência do velho e do novo”. É pela afronta do velho que o novo desponta, como na narrativa a seguir:

São visíveis a partir da segunda metade da década de 70 as mudanças nas referências sobre o favelado, que se expressam nas notícias de jornais e nos planos governamentais. São notícias sobre caravanas de favelados que se dirigem aos gabinetes de prefeitos, para expressar suas reivindicações e sobre os encontros locais, regionais e nacionais de favelados, demonstrando uma nova visibilidade política, ocupando um ‘novo’ espaço nos jornais, nos órgãos públicos e secretarias de estado. Ganham expressão também alguns ‘novos’ interlocutores: a Igreja, os estudiosos do assunto de moradia, os partidos políticos de oposição e os novos planos de habitação, nas esferas federal, estadual e municipal. Começam favelados e ocupantes a serem entrevistados nos jornais e revistas, passando a ser também interlocutores (RODRIGUES, 1988, p.162).

O discurso de que os favelados e os que lutam por terra e moradia, através da preparação e execução das ocupações, são bandidos ou vagabundos passou a ser contestado com mais veemência, sobretudo nas regiões onde o movimento era organizado e a Igreja presente ao lado, ajudando a conduzir a luta. O surgimento do contradiscurso ao então discurso único que associava promiscuidade e marginalidade à moradia precária produziu distintos espaços, como, por exemplo, os da representação política, mas também os dos diferentes lugares concretos de moradias, do fazer político, do lazer, das lutas e caravanas que vieram a se constituir com a ação do movimento e a produção de novos discursos que, juntos a outros sujeitos coletivos, resultaram, na segunda metade da década de 1980, no Movimento Nacional pela Reforma Urbana e na elaboração de projeto popular de reforma urbana, apresentada à Assembleia Constituinte com mais de 130 mil assinaturas.

Geo-grafias dos movimentos sociais é a terceira tendência analítica estudada por Santos (2006). Trata-se de um campo analítico que desponta nos meados da década de 1990 e acrescenta a necessidade de propor o esforço de analisar os movimentos sociais a partir de categorias geográficas, além do empenho de conceber o próprio movimento social como categoria do pensamento da geografia, já que este é sujeito não apenas fundamental nas determinações que criam e fundamentam os espaços, mas também necessário contra essas mesmas determinações.

O Novo Dicionário Aurélio Século XXI define categorias como conceitos dotados com elevado grau de generalidade que definem, em perspectivas e níveis diversos, domínios do conhecimento e da ação. Ela é um dos elementos fundamentais para a compreensão do método adotado. Ao debater o método no conhecimento geográfico, Santos afirma que o espaço deve ser estudado por meio de quatro categorias: estrutura, processo, função e forma.

Forma é o aspecto visível de uma coisa. Refere-se, ademais, ao arranjo ordenado de objetos, a um padrão. Tomada isoladamente, temos uma mera descrição de fenômenos ou de um de seus aspectos num dado instante do tempo. Função [...] sugere uma tarefa ou uma atividade esperada de uma forma, pessoas, instituição ou coisa. Estrutura implica a inter-relação de todas as partes de um todo; o modo de organização ou construção. Processo pode ser definido como uma ação continuada, desenvolvendo-se em direção a um resultado qualquer, implicando conceitos de tempo (continuidade) e mudança (SANTOS, 2008b, p. 69).

Nestas categorias do método geográfico aferidas por Santos, estão contidas as categorias geográficas. A forma é o visível e abrange a paisagem e, ao mesmo tempo, a acomodação dos objetos que caracterizam os espaços e territórios, bem como as distintas organizações de representações sociais. Nela, o espaço-tempo também está presente. A função significa a tarefa ou a atividade da forma, ou seja, as intencionalidades dos objetos e equipamentos, bem como as das representações sociais e de suas ações. A estrutura é a indissociabilidade de todas as partes de um fenômeno ou da realidade. Pensar a estrutura requer uma abordagem holística, para não perder de vista a totalidade ao analisar uma das diversas partes que compõem um fenômeno ou a realidade. O processo não pode ser definido apenas como ação continuada. Ele expressa o desenrolar de todas as contradições que desencadeiam um determinado resultado, que, evidentemente, é histórico-geográfico. Ao se pensar em processo, necessariamente deve-se pensar em um espaço de tempo que apresenta tanto continuidades como descontinuidades nas abordagens históricas, e descontinuidades nas configurações espaciais. Santos adverte que essas categorias do método devem, juntas, contribuir para a análise de um objeto determinado e que separadas, representam apenas realidades parciais (SANTOS, 2008).

Neste sentido, uma das possibilidades de se pensar os movimentos sociais como categoria geográfica é tentar compreendê-los a partir das categorias do método propostas por Milton Santos, atribuindo a forma do movimento à história da sua concepção. A função deve estar associada às suas propostas, às mobilizações que tem por objetivo viabilizar as

pautas que estimulam as lutas. A estrutura do movimento social deve ser compreendida não apenas a partir das suas “aparências” interiores. Deve ser pensada a partir de uma leitura totalizadora do processo social que inclua as escalas nacional e internacional articuladas com o fenômeno analisado. O processo na análise dos movimentos sociais é compreendido como o acúmulo dos movimentos e questões contraditórias que lhes deram origem, e ao mesmo tempo, as perspectivas diversas de caminhos e resoluções dos mesmos.

Em uma de suas abordagens sobre a necessidade de construção de um arcabouço teórico conceitual da geografia para a análise dos movimentos sociais, Fernandes (2000, p. 60) recorre à advertência asseverada por Santos cujo conteúdo reforça a tese de que conceitos de um campo do conhecimento não são adequados a outros campos, mesmo que próximos. Nas palavras do autor,

[...] conceitos em uma disciplina são frequentemente metáforas nas outras, por mais vizinhas que se encontrem. Metáforas são flashes isolados, não se dão em sistemas e não permitem teorizações (SANTOS, 1996, p. 70).

Dissertando sobre a formação do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), Fernandes aproxima, ao mesmo tempo, características das análises da geografia da organização dos movimentos sociais com as da geografia das lutas sociais, ao observar e refletir sobre a luta pela terra e demonstrar as diversas práticas espaciais desse movimento social por meio de seus processos de espacialização, territorialização e reterritorialização. No entanto, apesar de as questões sobre a necessidade de se pensar na geografia os movimentos sociais como categoria geográfica seja fruto do processo de realização de sua tese de doutorado, Fernandes só aborda a questão em artigo publicado no ano seguinte à conclusão da tese, na revista *Terra Livre*.

Estudar um movimento social como categoria geográfica é condição essencial para a elaboração da teoria. Categorias são conceitos-chave de uma ciência [...]. São conceitos fundamentais construídos desde a análise das experiências desenvolvidas na realidade até aos esforços lógicos para a elaboração de leituras e construção de ensaios teóricos [...]. Movimentos sociais podem ser categorias de diferentes áreas do conhecimento, desde que os cientistas construam os respectivos referenciais teóricos. Esse é o nosso desafio na Geografia. Os movimentos sociais constroem estruturas, desenvolvem processos, organizam e dominam territórios das mais diversas formas (FERNANDES, 2000b, p. 60).

Nesse sentido, de acordo com Santos (2006, p. 57), podemos afirmar que “Fernandes parte de uma geografia das lutas pela terra para interpretar os ‘movimentos sociais como categoria geográfica’, o que os consubstanciaria como ‘movimentos socioterritoriais’”. Isso demonstra a importância das tendências analíticas anteriores para a preparação das condições teórico-metodológicas que contribuem para superar os conteúdos sociológicos presentes nos estudos de geografia sobre movimentos sociais e para a proposição do movimento social como categoria de análise geográfica.

No nosso ponto de vista, abordar simultaneamente a organização e a luta foi fundamental para o salto reflexivo dado pela constituição da geo-grafia dos movimentos sociais, que apresenta como nova a perspectiva da:

[...] construção de categorias emergindo da análise dos movimentos sociais. Isto se diferencia dos esforços analíticos anteriores, em que as teorizações se davam a partir da dimensão espacial das relações e dos conflitos sociais, e os movimentos sociais eram ou o objeto da análise ou o motivador das análises onde as categorias eram “aplicadas”. Agora, as teorizações e as categorias derivam precisamente dos movimentos sociais, constituindo então instrumentos heurísticos espaciais voltados para a análise dos movimentos, ou, com a própria proposição dos movimentos sociais enquanto uma categoria geográfica/espacial (SANTOS, 2006, p. 56, grifos)

nossos).

Mas não se trata do esforço oriundo de uma análise “fragmentada” ora na organização dos movimentos, ora na luta por eles desencadeada, mas, de uma leitura integradora destes processos. Tal procedimento, ancorado no método, estabelece a unidade metodológica para uma abordagem do movimento social por inteiro, e, por meio dos processos que eles desenvolvem, dos espaços que constroem e dos territórios que dominam (FERNANDES, 2000b, p. 60), para construir reflexões geográficas a partir de raciocínios espaciais e da ação do movimento, como o binômio espacialização e territorialização.

Os processos de espacialização e territorialização são práticas espaciais que dimensionam a ação do movimento na sociedade a partir das experiências de criação e recriação de lutas e resistências, como as ocupações de terra, os assentamentos, a ocupação de prédios e bancos públicos, manifestações e marchas nas e para as cidades e bloqueios de rodovias. São movimentos concretos no espaço, desencadeados pelos sujeitos coletivos do movimento a partir da ressignificação de práticas e experiências experimentadas nas diversas lutas cotidianas e compartilhadas nos espaços de socialização política, cujo papel principal tem sido o de preparar as pessoas para o ingresso na luta. Nesse sentido, espacialização deve ser entendida como “movimento concreto das ações do movimento e sua reprodução no espaço”, enquanto a territorialização deve ser entendida como a concretização da ampliação do espaço conquistado pelo movimento.

A espacialização como movimento é circunstancial, é o presente [...]. Ao contrário da territorialização, a espacialização não é expansão, são fluxos e refluxos da multidimensionalidade dos espaços. Portanto não existe ‘desespacialização’. Uma vez realizada torna-se fato acontecido, impossível de ser destruído (FERNANDES, 2005, p. 29).

Como exemplo de espacialização, podemos citar a marcha de um movimento social, a comercialização de mercadorias (signos) que representam sua identidade ou ainda uma panfletagem numa determinada concentração da cidade. Trata-se, pois, de ações cuja intencionalidade é a de se fazer a disputa na sociedade da pauta ou do projeto que motiva o movimento social. A espacialização é o momento em que o movimento social desencadeia determinada ação cujo objetivo é exteriorizar a política do movimento social, dando-lhe visibilidade, inserindo-o na agenda de debates da sociedade e estabelecendo, desse modo, espacializando-se, a disputa política e cultural da sociedade.

Já a territorialização efetiva-se quando há uma conquista de espaço. Podem ou não ser conquistas temporárias do espaço, o que depende da conjuntura política e da articulação dos participantes. Significa também perda temporária de espaço para aqueles que defendem outras posições. Nesse sentido, uma territorialização sempre implica a desterritorialização de outrem, que pode vir a se reterritorializar em outro momento. Como exemplos de territorialização, podemos elencar a materialização da conquista da terra por meio dos assentamentos rurais; da terra urbana por meio das ocupações de prédios desativados acumulando valor nas grandes e médias cidades; a expansão de uma cultura agrícola sobre uma área que até então era ocupada por outro tipo de cultura, ou não era utilizada por essa atividade econômica; ou mesmo, a reprodução de determinada prática cultural em lugar distante do espaço de onde tal prática é oriunda, a exemplo dos hábitos gaúchos na região centro Oeste do país ou do Centro de Tradições Nordestinas, da cidade de São Paulo.

Ao estudar os processos de formação, espacialização e territorialização do MST, Fernandes desenvolveu o conceito de movimento socioterritorial, cuja definição deve ser atribuída àqueles movimentos que têm o território como trunfo, enquanto os movimentos socioespaciais são aqueles que lutam por dimensões, recursos e estruturas do espaço geográfico (FERNANDES, 2000).

Fernandes tem o cuidado de alertar que não se trata de outro sujeito coletivo,

diferente do que é percebido nas ações coletivas designadas de movimento social, e, sim, de uma abordagem geográfica preocupada em buscar a compreensão dos processos geográficos que tais movimentos constroem na luta pelas suas intencionalidades (FERNANDES, 2005).

Ter o território como trunfo significa atribuir a ele o sentido principal da luta; por isso, são territoriais aqueles movimentos cujos objetivos implicam a conquista e a reorganização dos usos dos territórios, inserindo-lhes novos usos e funções. Exemplos clássicos de movimentos socioterritoriais são os de luta pela terra rural e urbana, como o MST e o Movimento dos Trabalhadores e Trabalhadoras sem Teto (MTST), mas elencamos também os movimentos dos quilombolas, dos atingidos por barragens e os de defesas da terra indígena.

Lutar por dimensões, recursos e estruturas do espaço geográfico é lutar pela justa distribuição dos valores e serviços produzidos nos diversos territórios e disponíveis, apenas, para uma camada de privilegiados da sociedade, apesar de toda sociedade ser a responsável por tal produção. Fernandes considera movimentos socioespaciais as ações coletivas que implicam lutas pela educação pública e de qualidade em todos os níveis e para todos, como também pela melhoria da qualidade da saúde pública e instalação de postos e hospitais especializados nas periferias das cidades.

Além desses exemplos, lembramos, também, os diversos movimentos por melhoria local, como saneamento básico, energia elétrica e a luta contra a carestia e o arrocho salarial. Os movimentos socioespaciais denunciam nas cidades a territorialidade e a qualidade do uso dos equipamentos urbanos, materializados nos serviços públicos vitais para a reprodução da sociedade. Destarte, o seu trunfo é o espaço da realização da política, desde a escala do surgimento da luta até as escalas do poder.

Assim, para Fernandes, conceber os movimentos sociais como categoria geográfica implica o esforço de compreender os processos socioespaciais que lhes dão origens e os espaços e territórios que eles produzem, atuam, lutam, conquistam e perdem.

Segundo Santos (2006), Carlos Walter Porto Gonçalves é outro geógrafo que há muito vem se dedicando à construção de categorias de análise dos movimentos sociais a partir de referenciais da geografia. Mostra que a produção desse autor está vinculada atualmente ao Grupo de Trabalho (GT) “Hegemonias e Emancipações” do Conselho Latino-americano de Ciências Sociais (CLACSO) e tem contribuído para leituras geográficas sobre os movimentos sociais, por meio da identificação do que ele chama de “natureza socioespacial ou, sociogeográfica dos movimentos sociais e que representa a inscrição geográfica de um movimento ou conflito”.

Sobre a natureza socioespacial do movimento social, SANTOS interpreta que Gonçalves,

[...] não busca uma única dimensão espacial dos movimentos, fruto de uma decomposição analítica de diversas possibilidades de leitura espacial de aspectos dos movimentos, mas sim, opera através de complexa observação e ponderação acerca de alguns pilares interpretativos que, combinados, permitem identificá-la e defini-la (SANTOS, 2006, p. 68).

Desvendar a natureza sociogeográfica do movimento social só é possível ao se conceber o movimento social como fato espacial. Neste sentido, Santos aponta que Gonçalves busca na física a concepção de que movimento é mudança de posição.

[...] no caso dos movimentos sociais, mudança de posição social e geográfica, visto que a posição social compreende estruturas de relações sociais que se dão no espaço, construindo uma ordem espacial hegemônica (ibid, p. 70).

A inscrição sociogeográfica do movimento não está onde se concretiza o conflito ou um ato no conflito (como uma manifestação ou um enfrentamento), ela está associada com as causas motivadoras da luta, cuja natureza sociogeográfica está relacionada ao espaço

urbano e rural, ou aos dois ao mesmo tempo.

Para a construção da natureza sócio-geográfica do movimento, Santos assinala

[...] a importância de constituição de categorias de leitura indicativas dos instrumentos que os movimentos podem mobilizar na sua luta pela redefinição de territorialidades. Estas categorias serão os atributos da 'matriz' que constrói a natureza sociogeográfica (SANTOS, 2006, p. 76).

Os atributos analisados são: 1 – Motivo e objeto do conflito; 2 – os protagonistas; 3 – os antagonistas; 4 – os tipos de organização; e, 5 – formas de manifestação. A análise de todos eles concomitantemente possibilita a significação da natureza sociogeográfica do movimento. Vale frisar que nessa acepção o protagonista equivale às características que atribuímos ao sujeito, como pode ser percebido no trecho a seguir:

A ideia de “protagonista” aparece, em Porto-Gonçalves, como sendo ele o princípio da ação, um princípio que é o “personagem” (sujeito) como indissociável de seu cenário (espaço). [...] Os protagonistas dos movimentos e das lutas sociais são, neste sentido, aqueles que negam esta ordem sócio-espacial, são potenciais portadores de novas ordens socioespaciais, são aqueles que negam o seu lugar (ou, o lugar que lhes é destinado pelos grupos dominantes) numa ordem (ibid, p. 77) [sic].

Para nós, o protagonista, mesmo desempenhando relativa autonomia na ação, está situado no campo dos atores políticos, cujas ordens são determinadas. É ator diferenciado devido à consciência do papel por si desempenhado.

Considerações finais

Assim, encerramos nossa reflexão acerca dos movimentos sociais, suas representações, organizações, ações, enfim, suas geografias “desnudas” pela nova geografia que se faz crítica no cotidiano de sua permanente produção, sem encerrar o debate. Ao contrário. Pensamos que se trata de temática fundamental para o desenvolvimento epistemológico da Geografia por possibilitar abordagens diversas que propõem debates articulados acerca de projetos de sociedades, produções de espaços, disputas socioespaciais e socioterritoriais, a articulação de escalas no que se refere às questões do método nas abordagens dos objetos, como às questões de natureza política que se referem às escalas do poder e da disputa do mesmo seja nas instituições políticas seja nas instituições científicas (que também são políticas) que orientam os caminhos que, em tese, devemos seguir enquanto pesquisadores.

Nesse sentido, acreditamos ter contribuído para um percurso que aborda a produção da geografia brasileira dos últimos 30 anos e sintetiza o processo que fez da análise geográfica dos movimentos sociais um olhar sofisticado sobre os movimentos e seus papéis na produção dos espaços territoriais e nos espaços sociais, assentando dessa forma mais um alicerce no campo das ciências sociais para a compreensão da sociedade, para além das análises centradas apenas no recorte temporal.

Referências

CASTORIADIS, Cornelius. **Instituição imaginária da sociedade**. São Paulo: Editora Paz e Terra, 1982, 418p.

CASTRO, Iná Elias de. **O mito da necessidade**: discurso e prática do regionalismo nordestino. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1992, 247p.

CHAUÍ, Marilena. **Brasil: mito fundador e sociedade autoritária**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000, 103p.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **A Formação do MST no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 2000, 319p.

_____. **Movimento social como categoria geográfica**. Terra Livre. São Paulo: AGB, n. 15, 2000b, p. 59-85.

_____. Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais: contribuição teórica para uma leitura geográfica dos movimentos sociais. **Revista Nera**, ano 8, n. 6, Janeiro/Junho de 2005. Presidente Prudente: Depto de Geografia, UNESP. Disponível em: www4.fct.br/grupos/nera/revistas/06/Fernandes.pdf, acesso realizado em 13/02/2007.

FORRESTER, Viviane. **Horror econômico**. São Paulo: Editora UNESP, 1997, 154p.

GOHN, Maria da Glória. **Teorias dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e modernos**. 3ª edição. São Paulo: Loyola, 2002, 383p.

LOJKINE, Jean. **O Estado capitalista e a questão urbana**. 2ª Ed. São Paulo: Martins Fontes, 1997, 360p.

MARTINS, José de Souza. **Os camponeses e a política no Brasil**. – São Paulo: Editora Vozes, 1981, 185p.

MOREIRA, Ruy. (org.). **Geografia, teoria e crítica: o saber posto em questão**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1982, 236p.

_____. **Pensar e Ser em Geografia: ensaios de história, epistemologia e ontologia do espaço geográfico**. São Paulo: Contexto, 2007, 188p.

MOISÉS, José Alvaro; MARTINEZ-ALIER, Verona. A revolta dos suburbanos ou “patrão, o trem atrasou”. In: MISÉS et al (orgs.). **Contradições urbanas e movimentos sociais**. 2ª edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978, p. 13-63.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **Geografia das lutas no campo**. São Paulo: Contexto, 1988, 101p.

_____. **Agricultura camponesa no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1991, 168p.

PEDON, Nelson Rodrigo. **Movimentos socioterritoriais: uma contribuição conceitual à pesquisa geográfica**. (Tese de Doutorado). Presidente Prudente-SP, Unesp, 2008, 239p.

QUAINI, Massimo. **Geografia e Marxismo**. São Paulo: Paz e Terra, 1979, 155p.

RODRIGUES, A. M. Na Procura do Lugar o Encontro da Identidade: Ocupação coletiva de Terra-Osasco. Tese de Doutorado. São Paulo: USP, 1988.

SADER, Eder. **Quando novos personagens entram em cena: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo, 1970-80**. - São Paulo: Paz e Terra, 1988, 327p.

SANTOS, Milton Santos. **Sociedade e espaço: a formação social como categoria e como método**. Boletim Paulista de Geografia, nº 54. São Paulo: USP, 1977 p. 81-100.

_____. **A natureza do espaço: espaço e tempo: razão e emoção**. 3ª edição. São Paulo:

Hucitec, 1999, 308p.

_____. **Por uma Geografia nova:** Da crítica da Geografia a uma Geografia crítica. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2002, 285p.

_____. **Espaço e método.** 5ª edição. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008, 120p.

SANTOS, Regina Célia B. **Movimentos sociais urbanos.** São Paulo: Editora da UNESP, 2008b, 173p.

SANTOS, Renato Emerson dos. **“Agenda & agências:** a espacialidade dos movimentos sociais a partir do Pré-Vestibular para Negros e Carentes”. 350 f. Tese de Doutorado, Instituto de Geociências, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2006.

SOJA, Edward. O espaço como questão pessoal. In: OLIVEIRA, Márcio Piñon; COELHO, Maria Célia Nunes; MELLO, Aureanice (orgs.). **O Brasil, a América Latina e o mundo:** espacialidades contemporâneas (I). Rio de Janeiro: Lamparina: Anpege, Faperj, 2007, p.17-51.

SOUZA, Marcelo J. Lopes de. **O desafio metropolitano:** um estudo sobre a problemática sócio-espacial nas metrópoles brasileiras. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000, 368p.

_____. **A prisão e a ágora:** reflexões em torno da democratização do planejamento e da gestão das cidades. – Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006, 632p.

_____. **A “nova geração” de movimentos sociais urbanos** – e a nova onda de interesse acadêmico pelo assunto. In.: Revista Cidades, vol. 6 – nº9, 2009. – São Paulo: Expressão Popular, p. 9-25.

THOMPSON, Edward P. **A Formação da classe operária inglesa:** a força dos trabalhadores: Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987b, 440p.

_____. **A formação da classe operária inglesa:** a árvore da liberdade: Rio de Janeiro, 1987a, 204p.

TOURAINE, Alan. **Crítica da modernidade.** – São Paulo: Editora Vozes, 1999, 431p.

_____. 1977. **Movimentos Sociais e ideologias nas sociedades dependentes.** In: ALBUQUERQUE, J. A. Guilhon (org.). **Classes médias e política no Brasil.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977, p. 35-51.

Recebido para publicação em 29 de maio de 2013

Devolvido para revisão em 08 de outubro de 2013

Aceito para publicação em 06 de novembro de 2013